

## Riscos digitais corporativos

LÚCIO MARCOS DO BOM CONSELHO

Professor de direito digital da Faculdade Cotemig

Um levantamento divulgado pela empresa de segurança digital Symantec revelou os países que mais tiveram ataques cibernéticos no mundo, registrando o Brasil na 8ª posição. As polêmicas envolvendo a segurança de dados e a difusão de informações sigilosas armazenadas na rede brasileira estimularam a preocupação das empresas com a segurança no ambiente virtual. É muito importante manter uma política de uso das ferramentas tecnológicas corporativas para garantir a segurança de dados estratégicos, informações sobre clientes, parceiros e fornecedores. Os hackers buscam um acesso para demonstrar uma falha de segurança, para furtarem uma informação ou, ainda, para destruir, apagar ou alterar um dado disponível. Para as empresas, a situação pode gerar perda de clientes, responsabilidade civil por prejuízos causados pelo vazamento de informações estratégicas etc. Uma das maiores falhas de segurança da informação está em permitir que um usuário, funcionário ou colaborador tenha acesso irrestrito e utilize senhas frágeis.

Como ainda há uma restrição legislativa específica em vigor, as empresas, por meio de suas próprias políticas, podem criar normas internas de uso das ferramentas tecnológicas. Sob a perspectiva externa, as corporações devem se preparar para incluir cláusulas em seus contratos, prevendo responsabilidades e obrigações em questões envolvendo tecnologia e a privacidade dos dados. Neste ano, acompanhamos a notícia sobre o vazamento de vários dados cadastrais de clientes da empresa ingressos.com. Quando os contratos têm cláusulas prevendo essa situação e a consequente responsabilidade dos envolvidos, o esforço em preservar os dados é maior.

Brasil é o 8º país entre os que mais têm ataques cibernéticos

Uma alternativa relevante é o uso da criptografia, processo que codifica a informação e da assinatura digital para os projetos estratégicos e sigilosos das empresas, por meio do uso de senhas e certificados que garantem a autenticidade e a integridade da informação. Outra sugestão é realizar treinamento com os funcionários para o bom uso das ferramentas tecnológicas, assim como das redes sociais, para que evitem misturar o que é trabalho com o lado pessoal do colaborador, o que pode acarretar prejuízo à imagem e à vida de ambos. É importante as empresas investirem em equipamentos de segurança e em pessoal especializado. Deve-se considerar como medidas básicas na segurança da informação empresarial manter ferramentas tecnológicas adequadas, como firewall, antivírus, backup's, espelhamento de dados, sistemas de redundância elétrica. Também é importante manter um código de ética digital aplicável a todos os funcionários, com regras claras e objetivas sobre o uso ético e responsável da rede interna, e-mail corporativo e demais tecnologias ligadas à empresa.

O que percebemos é que não devemos esperar da legislação a única solução para as questões digitais, mas, sim, buscar, na prevenção, minimizar os riscos decorrentes do mau uso das novas tecnologias. O Congresso Nacional aprovou e a presidente da República sancionou o Marco Civil da Internet, o que nos trouxe mais uma boa legislação sobre o tema. Mas as empresas devem, em verdade, formular cenários, simulando incidentes envolvendo a quebra de privacidade, a violação de segurança e a divulgação não autorizada de informações, a fim de se preparar para incidentes digitais que exijam maior segurança da informação corporativa e, por que não dizer, um plano de contingência para reduzir os seus impactos.

# Ocupação do solo em BH

ANDRÉ MUSSY DE SOUZA ALMEIDA  
E LEONEL MARTINS BISPO

Sócios do Escritório Carvalho, Machado e Mussy Advogados



Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) noticiou, oficialmente, seu interesse de alterar a política de ocupação da cidade. O que mais chamou a atenção, e que vem sendo alvo de debates que tendem a se acirrar, foi a notícia de que a PBH pretende tomar para si parte do potencial construtivo dos imóveis dos particulares.

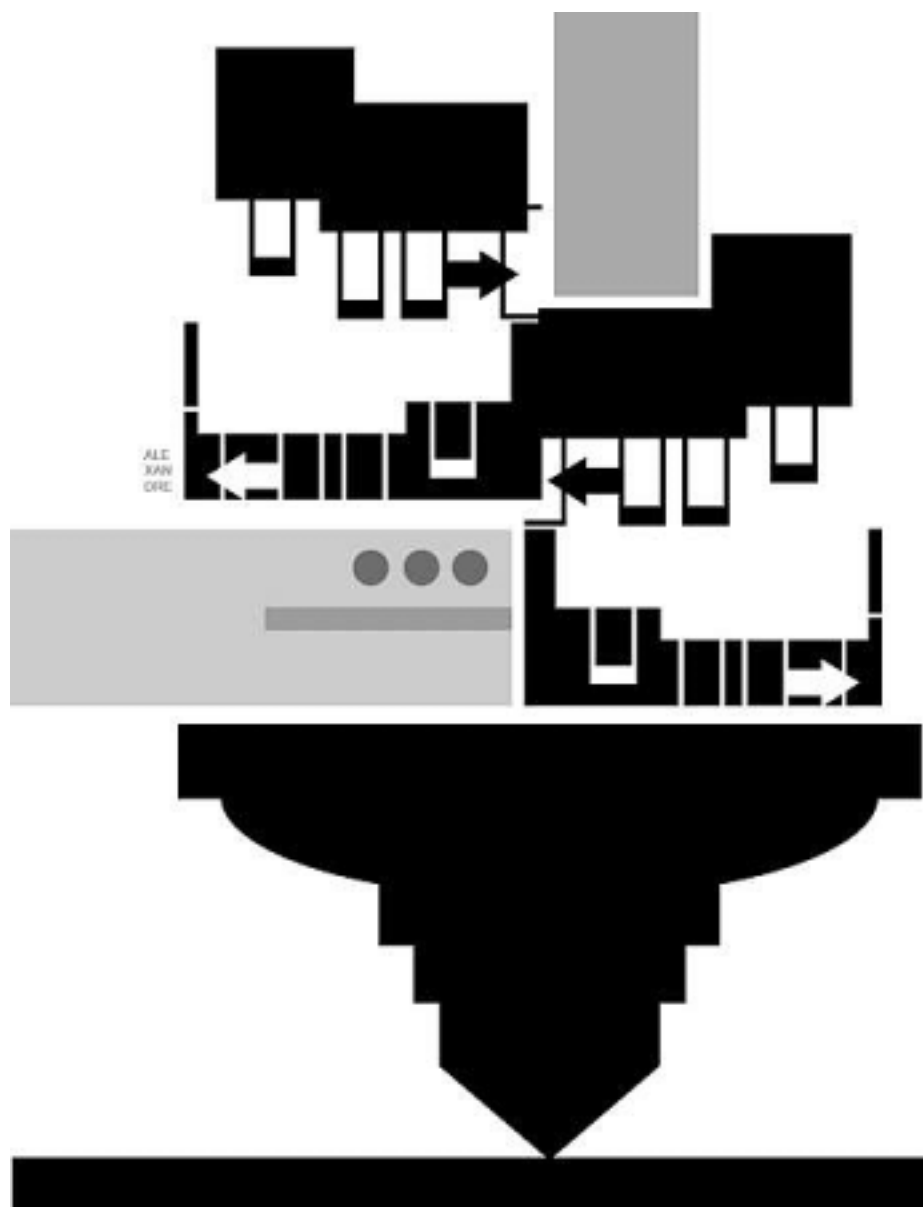
De fato, cada imóvel possui um potencial de construção ou potencial construtivo. Isso significa que sobre cada lote ou área é possível se edificar um empreendimento com quantidade pré-determinada de metros quadrados. Por exemplo: existem lotes com potencial construtivo de 1,5, nos quais o particular pode construir 1,5 vezes o tamanho do próprio terreno; noutros, com coeficiente de 2,7, poder-se-ia edificar 2,7 vezes o número de metros quadrados daquela área. Assim, sobre um lote de 1 mil metros quadrados, no primeiro exemplo, o proprietário construiria um edifício de 1,5 mil metros quadrados. Já no segundo, edificaria 2,7 mil metros quadrados.

A intenção declarada da PBH é manter, ou até aumentar, o potencial de construção de cada lote, porém, pretende cobrar do particular uma contrapartida em dinheiro sobre cada metro quadrado que for além do coeficiente 1,0, ou seja, que ultrapassar uma vez o tamanho da área. Isso mesmo. O particular passará a pagar para edificar, sobre o próprio terreno, os mesmos coeficientes a que historicamente teve direito. Trata-se de expropriar o patrimônio privado por meios indiretos.

O resultado dessa atitude da PBH é o mesmo que aguardar o particular adquirir terrenos, se aventurar a empreender, correr os riscos que a atividade lhe impõe e, ao final, tomar-lhe o resultado auferido. A diferença aqui é que o ganho da PBH será sempre certo e antecipado, mesmo que o particular tenha prejuízo.

A redução do potencial construtivo poderia até ser defensável e, em alguns casos, louvável, como naqueles de ocupação exagerada e desordenada de determinadas regiões. O que não se pode admitir é a manutenção dos coeficientes de construção, porém mediante a reversão desse patrimônio para o ente público.

É válido, nesse momento, traçar um paralelo com a Lei nº 7.165/1996, de Belo Horizonte, que instituiu a Unidade de Transferência do Direito de Construir (UTDC). Tal instrumento foi criado e é utilizado para reconstituir o patrimônio do particular que tem o potencial construtivo do seu imóvel diminuído em razão da intervenção da PBH. Por exem-



## Nova política da PBH seria inconstitucional ao pretender expropriar o patrimônio privado por meios indiretos

plho: quando uma casa que possui o potencial construtivo de 2,7 é tombada, o proprietário perde o direito de construir, ali, um prédio com 2,7 vezes o tamanho de sua área. Nesses casos, a PBH concede a esse particular o direito de construir 2,7 vezes o tamanho de seu terreno em outro local, observados os critérios legais. Isso se dá por meio das UTDC's, que podem ser transferidas por quem as detém. Nessa hipótese, quem sofreu restrição do seu direito de construir em determinado imóvel, pelo menos é autorizado, por meio das UT-

DC's, a fazê-lo em outro local ou a transferir (vender) esse potencial para um terceiro.

A Constituição Federal prevê que o direito à propriedade privada é garantido e apenas pode ser limitado em situações previstas pela própria Constituição, às quais não se amoldam ao caso em tela. Por isso, em uma análise jurídica adequada, constata-se que a pretensão da PBH, além de injusta com aqueles que lutaram para construir seu patrimônio, mostra-se sem respaldo constitucional, o que tende a ser reconhecido pelo Judiciário.

# As novas gerações e a leitura

MARCO SILVA

Professor da Faculdade de Minas (Faminas), consultor e autor de livros educacionais

Devido a sua importância, no decorrer da história, os homens construíram diversos suportes que possibilitaram a escrita e a leitura. Antes de Cristo, os registros escritos eram feitos em barro, na Suméria. No Egito, e em parte da Europa, os escritos eram dispostos em papiros e, mais tarde, em tábuas revestidas de cera. No oriente os chineses escreviam em rolos de seda, e os indianos, em folhas de palmeiras.

A partir do século I da Era Cristã, o pergaminho tornou-se comum em todo Império Romano. Com a invenção da imprensa no século 15, houve uma aceleração do processo de produção, barateamento e melhoria da qualidade dos materiais impressos. À mesma época, astecas e maias registravam seus textos sobre suportes de madeira revestidos com um material retirado da casca das árvores.

Durante boa parte da história, eram comuns os encontros para leitura coletiva e debates para além da leitura individual, diga-se de passagem, bastante aprofundada. O leitor costumava ler várias vezes uma mesma obra. Encontrar a resposta para um trabalho escolar, uma questão de interesse pessoal ou mesmo uma leitura de lazer

exigia um debruçar maior sobre as fontes, uma leitura mais verticalizada dos livros ou textos disponíveis. Comparado aos nossos dias, não havia uma extensa diversidade de fontes sobre um mesmo assunto. Talvez por isso, o aproveitamento das que existiam era bastante profundo.

Atualmente, o leitor encontra uma variedade de suportes para os textos, que engloba dos papéis de diferentes composições, texturas e acabamentos aos diversos tipos de recursos digitais. O universo digital é, sem dúvida, o mais utilizado pela chamada geração *ciborque*, ou seja, as crianças e jovens que nasceram num mundo em que a informática já predominava em todos os setores e, por isso, conhecem e operam com naturalidade essas tecnologias.

Entretanto, a leitura no ciberespaço não é linear e, muitas vezes, pode ocorrer de forma bastante superficial. Apenas um clique é suficiente para acessar uma nova página ou um site de busca onde estão os links para centenas ou milhares de respostas para o que se procura. O leitor não precisa se debruçar sobre um texto mais complexo. As informações estão sempre acessíveis e dispostas de forma bastante cômoda com a resposta que se procura. Isso quando um pequeno sinal não convida o leitor a abrir uma janela de "bate-papo"

ou um novo email desviando sua atenção da leitura em curso.

No universo da internet, as pesquisas escolares muitas vezes já estão prontas. A tarefa do leitor, via de regra, é apenas a de encontrá-las, copiar, colar, imprimir e entregar ao professor. Não há uma reflexão crítica sobre o que se lê, para a construção das próprias conclusões. Responsável pelo amadurecimento cognitivo, o processo reflexivo em busca de respostas e soluções foi substituído por pequenas buscas superficiais.

Os *ciborgues* têm acesso a muitas informações, mas, geralmente, não sabem lidar de forma crítica e seletiva com elas. Além disso, a maior parte possui grandes dificuldades para escrever satisfatoriamente. E isto não é sem razão. Aquele que escreve bem precisa ser um bom leitor.

Diante desse quadro, cabe aos pais limitar o acesso ao mundo digital e exigir a volta ao bom e velho livro, aos jornais e revistas impressas, para contribuir com a formação de hábitos de leitura verticalizada. Não se trata de impedir o acesso às tecnologias da informação e comunicação. Em nosso tempo é indispensável que elas sejam bem utilizadas. O que se preconiza aqui é a busca do equilíbrio necessário para se garantir um desenvolvimento crítico, reflexivo das novas gerações.

## S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

**DIÁRIOS ASSOCIADOS**  
A vida com mais conteúdo

**SEDE**  
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários,  
Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

**TELEFONE GERAL**  
(31) 3263-5000

**ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS**

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação **IVZ**

**SUCURSAL SÃO PAULO**  
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP  
CEP: 01403-000 • Fone: (11) 3372-0022 • e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadosp@uaijg.com.br

**SUCURSAL RIO DE JANEIRO**  
Rua do Livramento, 189 - 8º andar - Sala 24 - Saída Tel.: (21) 2263-1945 • Fax: (21) 2263-2045  
e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

### TELEFONES DE APOIO

<b>Redação</b> (31) 3263-5330	<b>Cultura - TV - Pensar e Divirta-se</b> (31) 3263-5126
<b>Editorias:</b>	<b>Fotografia</b> (31) 3263-5214
<b>Gerais</b> (31) 3263-5244	<b>Turismo</b> (31) 3263-5333
<b>Política</b> (31) 3263-5293	<b>Informática</b> (31) 3263-5360
<b>Economia e Agropecuária</b> (31) 3263-5103	<b>Vrum</b> (31) 3263-5078
<b>Espportes</b> (31) 3263-5313	<b>Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades</b> (31) 3263-5048
<b>Internacional</b> (31) 3263-5301	<b>Feminino &amp; Masculino</b> (31) 3263-5260
<b>Opinião</b> (31) 3263-5373	

### SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Belo Horizonte (31) 3263 5800  
Outras Localidades 0800 031 5005

### DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR

0800 283 5062

### SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA

Capital e Contagem - (31) 3263 5830  
Interior de Minas Gerais - 0800-283-5062  
Telefax - Circulação: (31) 3263 5961

### DEPARTAMENTO DE COBRANÇA

(31) 3263-5421

### DEPARTAMENTO COMERCIAL

(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

### AGÊNCIAS

**O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias:**  
Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Press e Reuters.

## ASSINE ANUNCIE

**Belo Horizonte**  
**(31) 3263 5800**

**Outras Localidades**  
**0800 031 5005**

### TABELA DE PREÇOS

Localidade	VENDA AVULSA (R\$)	
	2º a sábado	Domingos
MG, SP, RJ capital	2,00	3,00
RJ (interior), ES e DF	3,00	4,00
Outros estados	4,50	6,00

**Publicidade**  
**(31) 3263-5501/5197**

**Classificados**  
**(Pequenos Anúncios Fonados)**  
**(31) 3228-2000**

### D.A. PRESS MULTIMÍDIA

**ATENDIMENTO PARA PESQUISA E VENDA DE CONTEÚDO:**  
Por e-mail e telefone: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214-1575/1582/1568/0800 647 7377.  
Fax: (61) 3241.1595.

E-mail: dopress@dabr.com.br  
Site: www.dopress.com.br